Medida Provisória n° 1021, de 2020

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2021.

Explicação da Ementa:

Dispõe sobre o valor do salário mínimo, que passa a ser no valor de R$1.100,00 a partir de 1º de janeiro de 2021, com isso o valor diário corresponderá a R$ 36,67 (trinta e seis reais e sessenta e sete centavos) e o valor horário, a R$ 5,00 (cinco reais).

Assunto: Política Social - Trabalho e Emprego

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada na íntegra

Destino: À promulgação

Último local: 28/05/2021 - Secretaria de Expediente

Último estado: 04/06/2021 - TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Despacho:

27/05/2021

Decisão da Presidência

Ao Plenário, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7,

(SF-PLEN) Plenário do Senado Federal

Relatoria:

PLEN - (Plenário do Senado Federal)

Relator(es):

Senador Luiz Carlos do Carmo (encerrado em 27/05/2021 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

06/10/2025 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: A matéria vai ao arquivo.

09/06/2021 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Remetido Ofício CN nº 143 de 04/06/21, ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 51/21, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, comunicando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.158 no Diário Oficial da União.

Remetido Ofício CN nº 163, de 09/06/21, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, participando a promulgação da matéria, bem como o envio do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa.

04/06/2021 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Ação: (CN) MESA.

TRAMITAÇÃO

PROMULGADA. LEI N° 14158 DE 2021.
DOUE (Diário Oficial da União - Edição Extra) - 04/06/2021 - Seção I - pág. 1.
Promulgada em 02/06/2021.

28/05/2021 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o texto revisado.

27/05/2021 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encerrada a relatoria do Senador Luiz do Carmo por deliberação da matéria.

27/05/2021 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: APROVADA A MEDIDA PROVISÓRIA

Ação: (Sessão Deliberativa Remota realizada em 27/05/2021)
Proferido pelo Senador Luiz do Carmo o Parecer nº 116/2021 - PLEN/SF, concluindo pela aprovação da Medida Provisória e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 30.
Aprovados, conjuntamente, os pressupostos constitucionais de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria; e, no mérito, a Medida Provisória.
A matéria vai à promulgação.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 49-51 - DSF nº 81

Publicado no DSF Páginas 163-166 - DSF nº 81

27/05/2021 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhada à publicação a MPV, em 27/05/2021.

Publicado no DSF Páginas 67-70 - DSF nº 81

27/05/2021 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado à publicação o parecer n° P.S 116/2021 - PLEN, em 27/05/2021.

Publicado no DSF Páginas 163-166 - DSF nº 81

27/05/2021 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Recebido o novo Relatório do Senador Luiz do Carmo.

27/05/2021 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Designado o Senador Luiz do Carmo Relator de Plenário.
Recebido o Relatório do Senador Luiz do Carmo.

26/05/2021 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Aguardando leitura no Senado Federal.

TRAMITAÇÃO

Publicado no DSF Páginas 67-70 - DSF nº 81

26/05/2021 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Apresentação da Redação Final n. 1 PLEN, pelo Deputado Newton Cardoso Jr (MDB/MG).
Apresentação do Autógrafo n. 1 MESA, pela CÂMARA DOS DEPUTADOS.
Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 513/2021/SGM-P.

26/05/2021 PLEN - Plenário

Ação: Designado Relator, Dep. Newton Cardoso Jr (MDB-MG)
Leitura do recebimento do Ofício nº 5/2021, do Congresso Nacional (CN), que encaminha o processado da Medida Provisória nº 1.021/2020 (Sessão Deliberativa Extraordinária Virtual de 26/05/2021 - 14h - 57ª Sessão).
Discussão em turno único.
Designado Relator, Dep. Newton Cardoso Jr (MDB-MG), para proferir Parecer em Plenário à matéria e às Emendas de nºs 1 a 30, pela Comissão Mista do Congresso Nacional.
Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Newton Cardoso Jr (MDB-MG), pela Comissão Mista do Congresso Nacional, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.021, de 2020; pela inconstitucionalidade das Emendas nos 11, 12, 13 e 27 ; pela inadequação orçamentária e financeira das Emendas nos 1 a 7, 9 a 16 e 18 a 30; e pela adequação financeira e orçamentária, constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.021, de 2020, e demais emendas; e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 1.021, de 2020 e pela rejeição de todas as Emendas apresentadas.
Discutiram a Matéria: Dep. Pompeo de Mattos (PDT-RS), Dep. Rogério Correia (PT-MG), Dep. Henrique Fontana (PT-RS), Dep. Darci de Matos (PSD-SC), Dep. Paula Belmonte (CIDADANIA-DF) e Dep. Erika Kokay (PT-DF).
Encerrada a discussão.
Encaminharam a Votação da Matéria: Dep. Erika Kokay (PT-DF), Dep. Pompeo de Mattos (PDT-RS) e Dep. Rogério Correia (PT-MG).
Votação preliminar em turno único.
Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e à adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião pelo não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela inadequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN. Sim: 322; não: 110; abstenção: 1; total: 433.
Votação, quanto ao mérito, em turno único.
Aprovada a Medida Provisória nº 1021, de 2020, ressalvado o destaque.
Votação das Emendas de Comissão, com parecer pela rejeição.
Rejeitadas as Emendas de Comissão.
Votação do DTQ 2: PT: Emenda de Comissão n. 17 (art. 161, II).
Encaminhou a Votação o Dep. Rogério Correia (PT-MG).
Rejeitada a Emenda de Comissão nº 17. Sim: 125; não: 325; abstenção: 1; total: 451.
Prejudicado o DTQ 1: PSOL: Emenda de Comissão 21 (art. 161, IV).
Prejudicado o DTQ 3: PT: Emenda de Comissão n. 18 (art. 161, II).
Prejudicado o DTQ 4: PT: Emenda de Comissão n. 19 (art. 161, II).
Retirado o DTQ 5: PCdoB: EMENDA DE COMISSÃO n.4 (art. 161, II)
Prejudicado o DTQ 6: PCdoB: EMENDA DE COMISSÃO n. 16.
Votação da Redação Final.
Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Newton Cardoso Jr (MDB-MG).
A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado (MPV 1.021-A/2020).
Apresentação do Parecer Preliminar de Plenário n. 1 PLEN, pelo Deputado Newton Cardoso Jr (MDB/MG).
Apresentação do Recurso contra parecer terminativo de comissão (Art. 132, § 2º c/c art. 144, caput, RICD) n. 21/2021, pela Deputada Talíria Petrone (PSOL/RJ) e outros, que "Nos termos do artigo 132, § 6º, combinado com o artigo 144, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, recorro do parecer terminativo pela inadmissibilidade da Emenda de Comissão nº 21, apresentada à MP 1021 de 2020".
Apresentação do Recurso contra parecer terminativo de comissão (Art. 132, § 2º c/c art. 144, caput, RICD) n. 22/2021, pelo Deputado Bohn Gass (PT/RS) e outros, que "Recurso contra o parecer terminativo aposto à Emenda da Comissão n. 19, apresentada à MPV 1021/2020".

14/04/2021 CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ação: Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 15/04/2021.

TRAMITAÇÃO

13/04/2021 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Aguardando leitura do ofício de encaminhamento. Publique-se.

08/04/2021 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Ato n. 14, de 02/04/2021, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, prorroga a vigência da Medida Provisória, por sessenta dias (DOU de 08/04/2021 – Seção 1 – Página 3)

05/04/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Prorrogação do prazo para Deliberação da Medida Provisória por 60 dias. Data final após prorrogação: 01/06/2021.

Publicado no DCN Páginas 856 - DCN nº 13

04/02/2021 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Recebido o Ofício nº 5/2021, do Congresso Nacional, que encaminho a Vossa Senhoria, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinadocom o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal n° 1, de 31 de março de 2020, a Medida Provisória nº 1.021, de 2020, que "Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2021".À Medida foram oferecidas 30 (trinta) emendas, as quais podem ser acessadas no portal do Congresso Nacional, juntamente com os demais documentos que compõem a matéria, no seguinte link: "https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/146145".
Recebida a Mensagem nº 762/2020, do Poder Executivo, que submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 1021/2020.

04/02/2021 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: MEDIDA PROVISÓRIA ENVIADA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Remetido Ofício CN nº 5, de 04/02/21, ao Senhor Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, encaminhando a presente Medida Provisória, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 31 de março de 2020.

À CD.

04/02/2021 CMMPV 1021/2020 - Comissão Mista da Medida Provisória n° 1021, de 2020

Ação: À Secretaria de Expediente para envio à Câmara dos Deputados, nos termos do art. 7º do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1 de 2020.

04/02/2021 CMMPV 1021/2020 - Comissão Mista da Medida Provisória n° 1021, de 2020

Ação: Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 30 emendas à Medida Provisória, de autoria dos seguintes parlamentares: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)001Senador Jaques Wagner (PT/BA)002; 007Senador Paulo Paim (PT/RS)003; 004; 005Senador Paulo Rocha (PT/PA)006Senador Plínio Valério (PSDB/AM)008Deputada Federal Gleisi Hoffmann (PT/PR)009Deputado Federal Jesus Sérgio (PDT/AC)010Deputado Federal Christino Aureo (PP/RJ)011Deputado Federal Ricardo Silva (PSB/SP)012; 013Deputada Federal Áurea Carolina (PSOL/MG)014Deputada Federal Luiza Erundina (PSOL/SP)015Deputada Federal Jandira Feghali (PCdoB/RJ)016Deputado Federal Enio Verri (PT/PR)017; 018; 019Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)020Deputada Federal Talíria Petrone (PSOL/RJ)021Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)022; 023Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)024Deputado Federal André Figueiredo (PDT/CE)025; 026; 027Deputado Federal Marcelo Freixo (PSOL/RJ)028Deputada Federal Fernanda Melchionna (PSOL/RS)029Deputada Federal Vivi Reis (PSOL/PA)030
As emendas serão publicadas no Diário do Congresso Nacional no dia 11/02/2021.

Publicado no DCN Páginas 121-189 - DCN nº 3

TRAMITAÇÃO

04/01/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: MATÉRIA DESPACHADA

Ação: À Coordenação de Comissões Mistas para recebimento de emendas.

31/12/2020 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: AGUARDANDO DESPACHO

Ação: Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Deliberação da Medida Provisória: de 02/02/2021 a 02/04/2021
- Apresentação de Emendas à Medida Provisória: de 02/02/2021 a 03/02/2021 (art. 3º do Ato Conjunto nº 1/2020)
- Prazo na comissão: *
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 19/03/2021 (46º dia)

* Nos termos do parágrafo único do art. 2º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, durante a pandemia de Covid-19, o parecer da Comissão Mista será proferido, em Plenário, por parlamentar designado na forma regimental.

* As emendas poderão ser enviadas pelo sistema até as 23h59 do dia 03/02/2021.

*O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.

31/12/2020 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Publicada no DOU de 31/12/2020, na página 1, a Medida Provisória 1021/2020.

Publicado no DOU Páginas 1

DOCUMENTOS

MPV 1021/2020

Data: 31/12/2020

Autor: Presidência da República

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2021.

Calendário

Data: 31/12/2020

Autor: Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Deliberação da Medida Provisória: de 02/02/2021 a 02/04/2021
- Apresentação de Emendas à Medida Provisória: de 02/02/2021 a 03/02/2021 (art. 3º do Ato Conjunto nº 1/2020)
- Prazo na comissão: *
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 19/03/2021 (46º dia)

* Nos termos do parágrafo único do art. 2º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, durante a pandemia de Covid-19, o parecer da Comissão Mista será proferido, em Plenário, por parlamentar designado na forma regimental.

* As emendas poderão ser enviadas pelo sistema até as 23h59 do dia 03/02/2021.

DOCUMENTOS

*O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.

Avulso inicial da matéria

Data: 04/01/2021
Autor: Senado Federal
Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional
Descrição/Ementa: -

Nota Técnica

Data: 04/01/2021
Autor: Congresso Nacional
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1021, de 2020
Descrição/Ementa: Nota Técnica de Adequação Orçamentária e Financeira nº 1, de 2021, referente à Medida Provisória nº 1021, de 2020.

EMENDA 1 - MPV 1021/2020

Data: 02/02/2021
Autor: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1021, de 2020

EMENDA 2 - MPV 1021/2020

Data: 02/02/2021
Autor: Senador Jaques Wagner (PT/BA)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1021, de 2020

EMENDA 3 - MPV 1021/2020

Data: 02/02/2021
Autor: Senador Paulo Paim (PT/RS)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1021, de 2020

EMENDA 4 - MPV 1021/2020

Data: 02/02/2021
Autor: Senador Paulo Paim (PT/RS)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1021, de 2020

EMENDA 5 - MPV 1021/2020

Data: 02/02/2021
Autor: Senador Paulo Paim (PT/RS)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1021, de 2020

EMENDA 6 - MPV 1021/2020

Data: 02/02/2021

DOCUMENTOS

Autor: Senador Paulo Rocha (PT/PA)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1021, de 2020

EMENDA 7 - MPV 1021/2020

Data: 02/02/2021

Autor: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1021, de 2020

EMENDA 8 - MPV 1021/2020

Data: 02/02/2021

Autor: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1021, de 2020

EMENDA 9 - MPV 1021/2020

Data: 02/02/2021

Autor: Deputada Federal Gleisi Hoffmann (PT/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1021, de 2020

Descrição/Ementa: Altera a MPV 1021/20

EMENDA 10 - MPV 1021/2020

Data: 02/02/2021

Autor: Deputado Federal Jesus Sérgio (PDT/AC)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1021, de 2020

Descrição/Ementa: "Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2021."

EMENDA 11 - MPV 1021/2020

Data: 02/02/2021

Autor: Deputado Federal Christino Aureo (PP/RJ)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1021, de 2020

Descrição/Ementa: Confere isenção da contribuição ao INSS ao trabalhador que perceba como remuneração o valor equivalente ao salário mínimo vigente.

EMENDA 12 - MPV 1021/2020

Data: 02/02/2021

Autor: Deputado Federal Ricardo Silva (PSB/SP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1021, de 2020

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o pagamento de um auxílio financeiro (14° Salário) para socorrer aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência em virtude dos efeitos devastadores causados pela Covid-19.

EMENDA 13 - MPV 1021/2020

Data: 02/02/2021

Autor: Deputado Federal Ricardo Silva (PSB/SP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1021, de 2020

DOCUMENTOS

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o pagamento de um auxílio financeiro (14° Salário) para socorrer aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência em virtude dos efeitos devastadores causados pela Covid-19.

EMENDA 14 - MPV 1021/2020

Data: 02/02/2021
Autor: Deputada Federal Áurea Carolina (PSOL/MG)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1021, de 2020
Descrição/Ementa: Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2021.

EMENDA 15 - MPV 1021/2020

Data: 02/02/2021
Autor: Deputada Federal Luiza Erundina (PSOL/SP)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1021, de 2020
Descrição/Ementa: Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2021.

EMENDA 16 - MPV 1021/2020

Data: 02/02/2021
Autor: Deputada Federal Jandira Feghali (PCdoB/RJ)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1021, de 2020
Descrição/Ementa: Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2021.

EMENDA 17 - MPV 1021/2020

Data: 02/02/2021
Autor: Deputado Federal Enio Verri (PT/PR)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1021, de 2020
Descrição/Ementa: Altera a MPV nº 1021/20

EMENDA 18 - MPV 1021/2020

Data: 02/02/2021
Autor: Deputado Federal Enio Verri (PT/PR)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1021, de 2020
Descrição/Ementa: Altera a MPV nº 1021/20

EMENDA 19 - MPV 1021/2020

Data: 02/02/2021
Autor: Deputado Federal Enio Verri (PT/PR)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1021, de 2020
Descrição/Ementa: Altera a MPV nº 1021/20

EMENDA 20 - MPV 1021/2020

Data: 02/02/2021
Autor: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

DOCUMENTOS

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1021, de 2020

EMENDA 21 - MPV 1021/2020

Data: 03/02/2021
Autor: Deputada Federal Talíria Petrone (PSOL/RJ)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1021, de 2020
Descrição/Ementa: Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2021.

EMENDA 22 - MPV 1021/2020

Data: 03/02/2021
Autor: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1021, de 2020

EMENDA 23 - MPV 1021/2020

Data: 03/02/2021
Autor: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1021, de 2020

EMENDA 24 - MPV 1021/2020

Data: 03/02/2021
Autor: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1021, de 2020

EMENDA 25 - MPV 1021/2020

Data: 03/02/2021
Autor: Deputado Federal André Figueiredo (PDT/CE)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1021, de 2020
Descrição/Ementa: Estabelece as diretrizes para a política de valorização do salário mínimo a vigorar entre 2021 e 2024.

EMENDA 26 - MPV 1021/2020

Data: 03/02/2021
Autor: Deputado Federal André Figueiredo (PDT/CE)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1021, de 2020
Descrição/Ementa: Fixa em R$ 1.113,45 o valor do salário mínimo relativo ao exercício de 2021.

EMENDA 27 - MPV 1021/2020

Data: 03/02/2021
Autor: Deputado Federal André Figueiredo (PDT/CE)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1021, de 2020
Descrição/Ementa: Fixa em R$ 3.056,43 o piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica para o ano de 2021.

DOCUMENTOS

EMENDA 28 - MPV 1021/2020

Data: 03/02/2021
Autor: Deputado Federal Marcelo Freixo (PSOL/RJ)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1021, de 2020
Descrição/Ementa: Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2021.

EMENDA 29 - MPV 1021/2020

Data: 03/02/2021
Autor: Deputada Federal Fernanda Melchionna (PSOL/RS)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1021, de 2020
Descrição/Ementa: Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2021.

EMENDA 30 - MPV 1021/2020

Data: 03/02/2021
Autor: Deputada Federal Vivi Reis (PSOL/PA)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1021, de 2020
Descrição/Ementa: Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2021.

Avulso de emendas

Data: 04/02/2021
Autor: Senado Federal
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1021, de 2020
Ação Legislativa: Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 30 emendas à Medida Provisória, de autoria dos seguintes parlamentares:
Senador Rogério Carvalho (PT/SE)001Senador Jaques Wagner (PT/BA)002; 007Senador Paulo Paim (PT/RS)003; 004; 005Senador Paulo Rocha (PT/PA)006Senador Plínio Valério (PSDB/AM)008Deputada Federal Gleisi Hoffmann (PT/PR)009Deputado Federal Jesus Sérgio (PDT/AC)010Deputado Federal Christino Aureo (PP/RJ)011Deputado Federal Ricardo Silva (PSB/SP)012; 013Deputada Federal Áurea Carolina (PSOL/MG)014Deputada Federal Luiza Erundina (PSOL/SP)015Deputada Federal Jandira Feghali (PCdoB/RJ)016Deputado Federal Enio Verri (PT/PR)017; 018; 019Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)020Deputada Federal Talíria Petrone (PSOL/RJ)021Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)022; 023Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)024Deputado Federal André Figueiredo (PDT/CE)025; 026; 027Deputado Federal Marcelo Freixo (PSOL/RJ)028Deputada Federal Fernanda Melchionna (PSOL/RS)029Deputada Federal Vivi Reis (PSOL/PA)030
As emendas serão publicadas no Diário do Congresso Nacional no dia 11/02/2021.
Descrição/Ementa: -

OFCN 5/2021

Data: 04/02/2021
Autor: Diretor da Secretaria de Expediente
Local: Secretaria de Expediente
Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 5, de 04/02/21, ao Senhor Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, encaminhando a presente Medida Provisória, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 31 de março de 2020.

À CD.

Descrição/Ementa: Encaminha à Câmara dos Deputados a Medida Provisória n° 1.021, de 2020.

Autógrafo aprovado na

DOCUMENTOS

Data: 26/05/2021
Autor: Câmara dos Deputados
Local: Plenário do Senado Federal
Descrição/Ementa: Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2021.

Avulso inicial da matéria

Data: 26/05/2021
Autor: Senado Federal
Local: Plenário do Senado Federal
Ação Legislativa: Aguardando leitura no Senado Federal.
Descrição/Ementa: Avulso da MPV 1021/2021.

Relatório Legislativo

Data: 27/05/2021
Autor: Senador Luiz Carlos do Carmo (MDB/GO)
Local: Plenário do Senado Federal
Ação Legislativa: Designado o Senador Luiz do Carmo Relator de Plenário.
Recebido o Relatório do Senador Luiz do Carmo.
Descrição/Ementa: Medida Provisória n° 1021, de 2020 (Salário mínimo para 2021)

Relatório Legislativo

Data: 27/05/2021
Autor: Senador Luiz Carlos do Carmo (MDB/GO)
Local: Plenário do Senado Federal
Ação Legislativa: Recebido o novo Relatório do Senador Luiz do Carmo.
Descrição/Ementa: Medida Provisória n° 1021, de 2020 (Salário mínimo para 2021)

P.S 116/2021 - PLEN

Data: 27/05/2021
Autor: Senador Luiz Carlos do Carmo (MDB/GO)
Local: Plenário do Senado Federal
Ação Legislativa: Encaminhado à publicação o parecer n° P.S 116/2021 - PLEN, em 27/05/2021.
Descrição/Ementa: Parecer nº 116, de 2021 - PLEN/SF

MPCN 51/2021

Data: 09/06/2021
Autor: Presidente do Senado Federal
Local: Comissão Diretora do Senado Federal
Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 143 de 04/06/21, ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 51/21, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, comunicando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.158 no Diário Oficial da União.

Remetido Ofício CN nº 163, de 09/06/21, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, participando a promulgação da matéria, bem como o envio do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa.
Descrição/Ementa: Encaminha à Presidência da República o autógrafo promulgado da Medida Provisória n°1021, de 2020.

DOCUMENTOS

OFCN 143/2021

Data: 09/06/2021

Autor: Primeiro-Secretário do Congresso Nacional

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 143 de 04/06/21, ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 51/21, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, comunicando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.158 no Diário Oficial da União.

Remetido Ofício CN nº 163, de 09/06/21, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, participando a promulgação da matéria, bem como o envio do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa.

Descrição/Ementa: Encaminha a Mensagem n° 51 , de 2021 (CN), da Presidência da Mesa do Congresso Nacional, participando a promulgação da Medida Provisória n° 1021, de 2020.

OFCN 163/2021

Data: 09/06/2021

Autor: Presidente do Congresso Nacional

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 143 de 04/06/21, ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 51/21, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, comunicando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.158 no Diário Oficial da União.

Remetido Ofício CN nº 163, de 09/06/21, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, participando a promulgação da matéria, bem como o envio do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa.

Descrição/Ementa: Encaminha à Câmara dos Deputados o autógrafo promulgado da Medida Provisória n°1021, de 2020.

Autógrafo - MPV 1021/2020

Data: 09/06/2021

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 143 de 04/06/21, ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 51/21, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, comunicando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.158 no Diário Oficial da União.

Remetido Ofício CN nº 163, de 09/06/21, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, participando a promulgação da matéria, bem como o envio do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa.

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2021.

ATCN 14/2021

Data: 04/09/2024

Autor: Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Local: null

Descrição/Ementa: Prorroga o prazo de vigência da Medida Provisória nº 1021/2020, pelo período de sessenta dias.